

Mensagem n° 202/2025

Cidreira, 20 de janeiro de 2025.

Senhor Presidente: Senhores Vereadores:

Pelo presente encaminhamos a essa colenda Câmara Municipal o Projeto de Lei que "Altera a redação do Anexo I da Lei nº 2649/2019, que alterou o art. 31 da Lei 1418/2006 e criou a Função Gratificada de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental" para exame e aprovação dos nobres Edis.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SMEC, através do Processo Administrativo nº 2/2025, solicitou a alteração dos requisitos para designação de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental estabelecidos no Anexo I da Lei 2649, de 14 de junho de 2019, que alterou o art. 31 da Lei 1418, de 17 de outubro de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério, apresentando como justificativa ampliar o leque de profissionais qualificados que podem concorrer a essa função, proporcionando maior flexibilidade e dinamismo à composição da gestão educacional municipal.

A redação atual da Lei restringe a designação para exercer a Função Gratificada de Coordenador Pedagógico a servidores efetivos no cargo de Supervisor Escolar, com formação específica em Supervisão Escolar e experiência comprovada na função.

Essa exigência pode limitar o número de candidatos e dificultar a composição de uma equipe de coordenadores pedagógicos com diversas experiências e qualificações. A nova redação proposta, por sua vez, amplia os requisitos para incluir professores de Licenciatura Plena ou Pedagogos, com experiência docente, eliminando a exigência de formação específica em Supervisão Escolar e de experiência prévia no cargo de Supervisor Escolar.

A alteração na Lei, entre outras melhorias, possibilitará:

- Ampliação do número de profissionais a serem designados: A nova redação permitirá que um maior número de profissionais possa ser designado ao cargo, aumentando a competitividade e a possibilidade de selecionar os profissionais mais qualificados.
- Flexibilização dos requisitos: A eliminação da exigência de formação específica em Supervisão Escolar possibilita a participação de profissionais com diferentes áreas de conhecimento e experiências, o que pode enriquecer o trabalho pedagógico das escolas.
- Valorização da experiência docente: A exigência de três anos de experiência docente garante que os coordenadores pedagógicos tenham um conhecimento prático da sala de aula e das necessidades dos alunos.

Acreditamos que a alteração ora proposta trará diversos benefícios para a rede municipal de ensino, como a ampliação do número de profissionais qualificados, a diversificação da equipe de coordenação pedagógica da SMEC e a melhoria da qualidade do ensino.

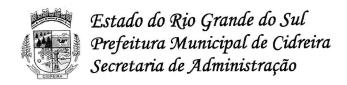
Pelo exposto, temos a certeza de que o Projeto de Lei terá a aprovação unânime dos Senhores Vereadores.

Atenciosamente,

GILBERTO DA COSTA SILVA Prefeito Municipal

1

7110



PROJETO DE LEI № 004/2025

"Altera a redação do Anexo I da Lei nº 2649/2019, que alterou o art. 31 da Lei 1418/2006 e criou a Função Gratificada de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CIDREIRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º - O Anexo I da Lei nº 2649, de 14 de junho de 2019, que alterou o art. 31 da Lei nº 1418, de 17 de outubro de 2006, que Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município, criando a Função Gratificada de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31 – [...]

ANEXO I

CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PADRÃO: NIVEL 2

ATRIBUIÇÕES:

a) Síntese de Deveres: Coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico e Plano Global ou P.P.P das Escolas municipais, junto as respectivas supervisoras de cada Instituição de Ensino; Coordenar a elaboração do Plano Curricular Municipal; Elaborar juntamente com as supervisoras das escolas, o Plano de Ação do Serviço de Supervisão Escolar, a partir do P.P.P de cada escola; Orientar e supervisionar atividades e diagnósticos das escolas municipais; Controlar e verificar os índices de rendimento dos discentes das escolas municipais; Participar da elaboração do calendário Municipal; Assessorar o trabalho das supervisoras escolares quanto a métodos e técnicas de ensino na avaliação dos alunos; Elaborar, coordenar e executar reuniões periódicas junto às supervisoras escolares; Acompanhar o cronograma das atividades escolares; Dinamizar o currículo das escolas municipais, integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou

indiretamente as escolas, estimular e assessorar a efetivação de mudanças no ensino; executar tarefas afins.

Condições de trabalho:

a) Carga horária semanal de 40 horas.

Requisitos para preenchimento do cargo:

- a) Idade mínima de 18 anos. Ser professor de Licenciatura Plena ou Pedagogo, ocupante de cargo de provimento efetivo;
- b) Habilitação: Formação em Curso Superior de Licenciatura Plena ou Pedagogia;
- c) Três anos de experiência docente." (NR)
- Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA, EM

GILBERTO DA COSTA SILVA Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

GILMAR DA CÓSTA SILVA Secretário de Administração